

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o presente relatório das atividades realizadas em 2009, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

A CETESB, empresa da administração indireta do Estado de São Paulo, integrante do SEAQUA - Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção e Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais, criado pela Lei nº.9.509, de 20 de março de 1997, tem como missão “Promover a Melhoria e Garantir a Qualidade do Meio Ambiente no Estado de São Paulo, visando ao desenvolvimento social e econômico sustentável”.

A promulgação da Lei Estadual nº. 13.542 reorganizou o SEAQUA e ampliou as atribuições da CETESB, especialmente com a incorporação de competências relativas à aplicação da legislação florestal, na avaliação de impactos ambientais e na proteção aos mananciais de abastecimento público de água.

Para atender suas atribuições legais a esse novo perfil institucional, a CETESB conta com um quadro de 1.988 profissionais, sendo 1190 de nível universitário/gerencial, 707 de nível médio (técnicos e administrativos) e 91 operacionais. Está organizada em 3 Diretorias e a Presidência, 52 Agências Ambientais distribuídas no território do Estado de São Paulo e 1 Setor de Atendimento Avançado (Poupatempo).

A CETESB manteve-se em 2009 como um dos 16 Centros de Referência da Organização das Nações Unidas (ONU) para questões ambientais, também como uma das cinco instituições de referência da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o abastecimento de água e saneamento, sendo também considerada, órgão de referência e consultoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para questões relacionadas a resíduos

perigosos na América Latina e Caribe, um dos três Centros Colaboradores da Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) na preparação de equipes de atendimento a emergências para casos de desastres, um dos doze Centros Regionais Nomeado para a Convenção de Estocolmo, nomeada para a região da América Latina e Caribe e membro da Rede Latino Americana de Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados, na qual exerceu a presidência de seu Comitê Gestor, desde sua fundação até o final de 2009.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, à medida que a CETESB não exerce atividade eminentemente econômica.

Sua atuação é que permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando os recursos naturais e a saúde pública e contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrente das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB, como pelas ações corretivas que minimizam custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado ainda à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

No entanto, os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, ainda que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria dos indicadores da saúde pública e pela redução dos índices de absenteísmo no trabalho por motivos de saúde relacionados à poluição e, ainda, pela preservação do patrimônio público e privado.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CETESB EM 2009

A atuação da CETESB no ano de 2009, mais uma vez consolida a vocação que tem norteado sua atuação ao longo de sua existência: uma organização centrada na defesa da saúde pública e na proteção do meio ambiente, dotada de um corpo técnico e instrumentos administrativos e tecnológicos capazes de prevenir e controlar os problemas decorrentes da poluição ambiental e, assim, contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado de São Paulo.

A Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e a CETESB trabalham, desde o início desta gestão em 2007, com o planejamento de suas atividades baseado na priorização de ações explicitada nos 21 Projetos Ambientais Estratégicos da SMA, que repercutem no cotidiano das ações da CETESB e foram incorporados ao planejamento das atividades da Companhia.

É importante ressaltar o caráter matricial dos Projetos Estratégicos, envolvendo técnicos de várias áreas da SMA e também destacar a atuação da CETESB, especialmente nos projetos que têm a coordenação sob responsabilidade de profissionais da Companhia, caso dos projetos Licenciamento Unificado, Lixo Mínimo, Onda Limpa, Esgoto Tratado, Desmatamento Zero e Respira São Paulo.

As atividades da CETESB fazem parte do Programa de Gestão e Controle da Qualidade Ambiental inserido no Plano Plurianual do Estado - PPA. O Plano contempla cinco linhas de ação, que organizarão a apresentação desse relatório: **a inspeção em fontes poluidoras do meio ambiente; o licenciamento ambiental; o atendimento às demandas públicas relativas à qualidade ambiental; a avaliação da qualidade ambiental; e o suporte técnico e administrativo às atividades da companhia.** Cada uma dessas linhas de atuação, nas suas principais atividades, passam a ser relatadas a seguir.

- **INSPEÇÃO EM FONTES POLUIDORAS DO MEIO AMBIENTE**

A CETESB implantou em 2009 o Sistema de Inventário de Emissões das Fontes Estacionárias do Estado de São Paulo. Trata-se de um sistema informatizado, dirigido à obtenção de informações referentes ao consumo de matéria prima, à produção, às emissões atmosféricas, aos efluentes líquidos e à geração de resíduos sólidos, tendo convocado 1.369 indústrias que apresentam emissões potenciais relevantes a fornecer esses dados. Os resultados obtidos com a consolidação dos dados declarados fornecerão a base do inventário de fontes estacionárias de poluição ambiental do Estado.

Em 2009 foram realizadas 43.422 inspeções técnicas em fontes fixas de poluição. Em decorrência dessa ação, foram lavrados 8.806 autos de advertência e aplicadas 3.087 multas.

Em relação aos postos de combustíveis, a CETESB procedeu à convocação de cerca de 8500 estabelecimentos visando ao seu licenciamento ambiental, conforme previsto pela resolução CONAMA nº 273. Considerando que uma parcela significativa dos postos convocados continuavam inadimplentes quanto ao licenciamento, apesar das ações administrativas executadas pelas agências ambientais, foram desencadeadas, no período de janeiro a dezembro de 2009, cinco ações conjuntas no Estado de São Paulo, que objetivaram exercer uma fiscalização mais rigorosa sobre esses estabelecimentos. Em razão dessas ações, foram realizadas nesse período 10.000 vistorias e aplicadas 500 multas pontuais, 800 multas diárias e 71 interdições. Com a intensificação destas ações mais de 1.000 postos concluíram seu processo de licenciamento.

No controle das fontes móveis foram lavradas cerca de 12.000 multas por emissão de fumaça preta acima do padrão legal. Como agente técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA, para o gerenciamento conjunto dos principais programas de controle da poluição veicular no país, foram emitidos 411 pareceres técnicos.

- **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

As ações de licenciamento ambiental de fontes de poluição em 2009 resultaram na emissão de 24.226 licenças, 421 autorizações para supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente, 4.981 Certificados de Dispensa de Licenciamento e 1.478 Pareceres Técnicos.

Na avaliação de impacto ambiental foram produzidos pareceres técnicos que subsidiaram a emissão de 92 Licenças Prévias, 50 Licenças de Instalação e 39 Licenças de Operação. Numericamente pequenas, essas avaliações tratam de projetos de grande importância como, por exemplo, novas unidades da indústria automobilística, a ampliação de unidades siderúrgicas, o plano que trata da ampliação da rede de dutos de combustíveis, as ampliações de unidades industriais de produção de açúcar, álcool e co-geração de energia, e da ampliação do sistema metroviário.

Para o aprimoramento do processo de licenciamento, foi implantado o Sistema de Licenciamento Simplificado - SILIS, sistema informatizado via internet, calcado na certificação digital, por meio do qual empreendimentos de baixo potencial poluidor realizam o seu licenciamento ambiental utilizando o meio eletrônico remoto, dispensando o deslocamento dos interessados até uma Agência Ambiental. Com a adoção do SILIS o tempo médio total para o licenciamento de empreendimentos de baixo potencial poluidor pôde ser reduzido de 90 dias, em média, para até 15 dias. No decorrer de 2009, o sistema recebeu 4.290 solicitações, aproximadamente 12 por dia. Dessas solicitações, 3.446 foram atendidas com a emissão da licença, em um tempo médio de 9 dias, apesar de o compromisso da CETESB para emissão de licença por esse sistema ser de 15 dias.

- **ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PÚBLICAS RELATIVAS À QUALIDADE AMBIENTAL**

Atendimento a reclamações: atendimento a 14.003 reclamações relativas a fontes de poluição e 9.288 reclamações relativas a emissão de fumaça preta,

sendo fornecidas informações quanto às questões ambientais e providenciando os encaminhamentos necessários.

Atendimento ao Ministério Público: foram atendidas 5.724 solicitações do Ministério Público relativas à área de atuação da CETESB.

Atendimento a emergências ambientais: em 2009 a CETESB atendeu a 392 ocorrências com produtos químicos, além de desenvolver diversas atividades para evitar e/ou minimizar os impactos ambientais e os riscos à saúde pública causados por acidentes ambientais.

Ações articuladas com municípios: Durante o ano de 2009, várias ações foram desenvolvidas para o compartilhamento do licenciamento e fiscalização ambientais com os municípios, envolvendo treinamentos para capacitação dos técnicos de prefeituras.

O objetivo é o de aumentar o número de municípios paulistas envolvidos com a gestão e o licenciamento das fontes de poluição e das atividades geradoras de impacto ambiental local.

O resultado dessa ação em 2009 foi o início da gestão compartilhada com a emissão das primeiras licenças ambientais pelos municípios de Araraquara, Campinas, Guarulhos, Presidente Bernardes, Rio Claro, Tatuí e Valinhos.

Além dessas municipalidades, firmaram convênio com o mesmo objetivo e encontram-se prestes a iniciar os primeiros licenciamentos as prefeituras de Itaquaquecetuba, Lins, São Carlos e Santo André.

Durante o ano de 2009 foram desenvolvidos treinamentos para municípios interessados na gestão ambiental compartilhada. Essas atividades de capacitação no licenciamento e fiscalização ambiental atenderam, além dos municípios citados acima, as prefeituras de Bertioga, Cajamar, Itanhaém, Mogi Guaçu, Paulínia, Penápolis, Porto Feliz e Ribeirão Pires, totalizando cerca de seiscentos técnicos municipais treinados.

Ações articuladas com outras instituições: com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade ambiental do Estado por meio do fortalecimento técnico e institucional dos Municípios e outras instituições, a CETESB desenvolve uma série de atividades destinadas ao apoio técnico para elaboração de projetos no âmbito das questões ambientais, destacando-se as atividades para a disseminação de conceitos e a promoção da adoção de medidas de produção mais limpa (P2/P+L), e o suporte às ações dos programas PROCLIMA e PROZONESP do Estado de São Paulo.

A CETESB também mantém convênios com o Banco Mundial, o PNUD, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Governo Britânico para a realização de estudos e serviços relacionados à emissão de gases de efeito estufa, como a elaboração do Relatório de Referência das emissões nacionais de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes dos anos de 1990 a 2005, a coordenação de uma rede nacional de inventário de gases de efeito estufa, a elaboração de um cenário nacional das emissões de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes para o ano de 2030, o fomento ao uso energético do biogás, o fomento aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, a elaboração do inventário das fontes e sumidouros de gases de efeito estufa de todas as atividades da economia do Estado de São Paulo e o apoio ao Governo Federal para a implementação das medidas de banimento das substâncias que destroem a camada de Ozônio.

Na condição de Agente Técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, a CETESB analisou, aprovou, gerenciou e acompanhou a implantação de projetos relacionados com a coleta e o tratamento de esgotos, a disposição de resíduos sólidos domésticos, a qualidade de águas, solo e vegetação, bem como de conservação ambiental. As atividades de análise de projetos visando à contratação de financiamento resultaram na aprovação de cerca de R\$ 45 milhões.

Como Agente Técnico e Secretária Executiva do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP, executou em 2009 os procedimentos administrativos para 130 novos financiamentos não reembolsáveis, no valor aproximado de R\$ 24 milhões para municípios do Estado de São Paulo

O FECOP também apóia o Projeto Capacitação Técnica para a CETESB/SMA, tendo proporcionado 277 treinamentos nacionais e 7 internacionais, a vinda de 1 consultor nacional e 8 internacionais, 19 representações institucionais e o apoio a 2 seminários.

O Programa de Controle de Poluição (PROCOP) tem como objetivo auxiliar no controle e prevenção da poluição ambiental por meio de uma linha específica de financiamento (Programa de Financiamento ao Controle – PFC), além de apoiar a capacitação técnica e operacional da instituição (Programa de Assistência Técnica – PAT). No escopo do PAT estão sendo desenvolvidos os projetos “Processo de Qualidade Total” e “Levantamento da Contaminação Ambiental do Sistema Estuarino de Santos e São Vicente”.

Por meio das Câmaras Ambientais, colegiados de caráter consultivo da SMA, constituídos no âmbito da CETESB, tem-se buscado promover a melhoria da qualidade ambiental pela permanente interação entre o poder público e os setores produtivos e de infra-estrutura do Estado de São Paulo. Atualmente são 15 Câmaras Ambientais em atividade, produzindo normas técnicas, procedimentos, eventos e treinamentos, entre os quais merecem destaque:

- Guia Técnico Ambiental da Indústria Têxtil – Série P+L;
- Procedimento para Avaliação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transporte;
- Roteiro para Execução de Investigação Detalhada e Elaboração de Plano de Intervenção em Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis;
- Termo de Referência para Elaboração do Plano de Monitoramento de Emissões Atmosféricas da Indústria Cítrica;
- Divulgação do tema Mudanças Climáticas a diversos setores produtivos;

– Programa de Implementação de Gerenciamento de Áreas Contaminadas com Base no Risco.

• **Transferência de conhecimento/ tecnologia ambiental:** Em 2009 foram introduzidas novas modalidades de ensino: cursos rápidos após o expediente de trabalho, ensino à distância por meio de vídeo conferência pela Rede do Saber, mestrado profissional em parceria com o Centro Paula Souza, cursos regionais e oficinas de trabalho. Foram realizadas 3.839 capacitações de público interno e externo, 277 treinamentos nacionais e 7 treinamentos internacionais.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL

• **Análises Ambientais:** Foi inaugurado o Laboratório de Dioxinas e Furanos, o primeiro laboratório público do país com capacidade de analisar esses poluentes orgânicos persistentes, listados na Convenção de Estocolmo.

Foram realizadas 20.150 coletas de amostras de diversas matrizes ambientais (água, efluentes domésticos e industriais, resíduos, solo e ar) para análises físico-químicas, microbiológicas, parasitológicas, hidrobiológicas e toxicológicas.

• **Avaliação da qualidade do ar:** Importante instrumento de suporte das ações preventivas e corretivas de controle de poluição do ar, que impedem a degradação ambiental, o monitoramento da qualidade do ar foi executado através da operação e manutenção de uma rede de monitoramento contínuo e automático da qualidade do ar com 42 estações fixas, sendo 22 na RMSP, 3 em Cubatão, 17 no interior do Estado e 3 estações móveis. Os boletins diários de qualidade do ar foram divulgados pelo site da CETESB na internet e pela imprensa falada e escrita. Foi mantida também em funcionamento em 25 cidades do interior a rede manual de avaliação da qualidade do ar e intensificado o uso de bioindicadores, especificamente para fluoretos e ozônio, como ferramenta de apoio para avaliação da qualidade do ar.

Os gráficos a seguir mostram como a qualidade do ar se comportou ao longo dos últimos 10 anos, até 2008, tendo em vista que o tratamento dos dados referentes a 2009 ainda não foi concluído. Pela análise dos gráficos pode-se perceber uma tendência de queda na concentração das partículas inaláveis (figura 1), dióxido de enxofre (figura 2) e monóxido de carbono (figura 3) na maioria dos locais monitorados pela CETESB. Essas constatações são importantes para direcionar e conduzir novas ações de gestão ambiental. Com relação ao ozônio (figura 4), não há ainda uma tendência definida.

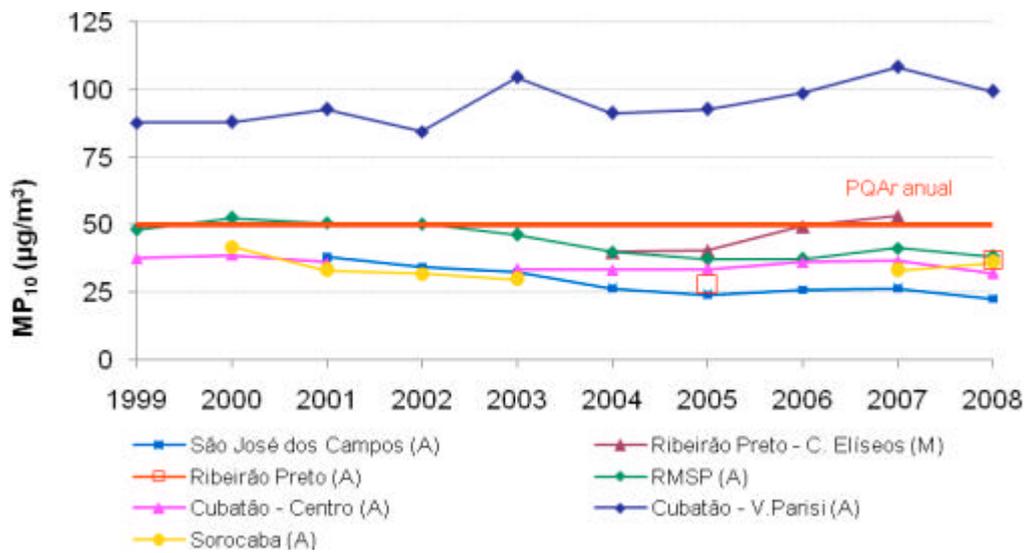


Figura 1 - Evolução da concentração de partículas inaláveis (MP10) na RMSP e interior e litoral comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAr)

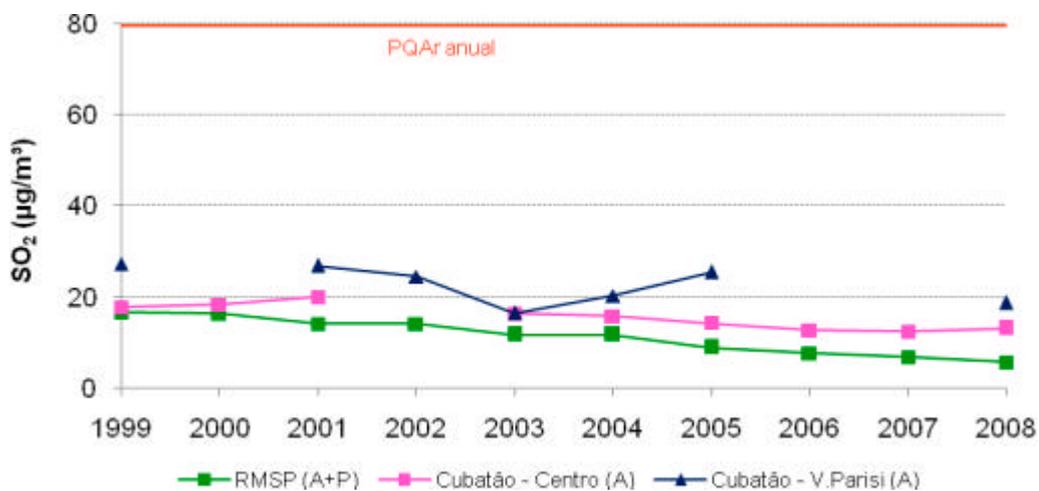


Figura 2 - Evolução da concentração de dióxido de enxofre (SO₂) na RMSP e Cubatão comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAr).

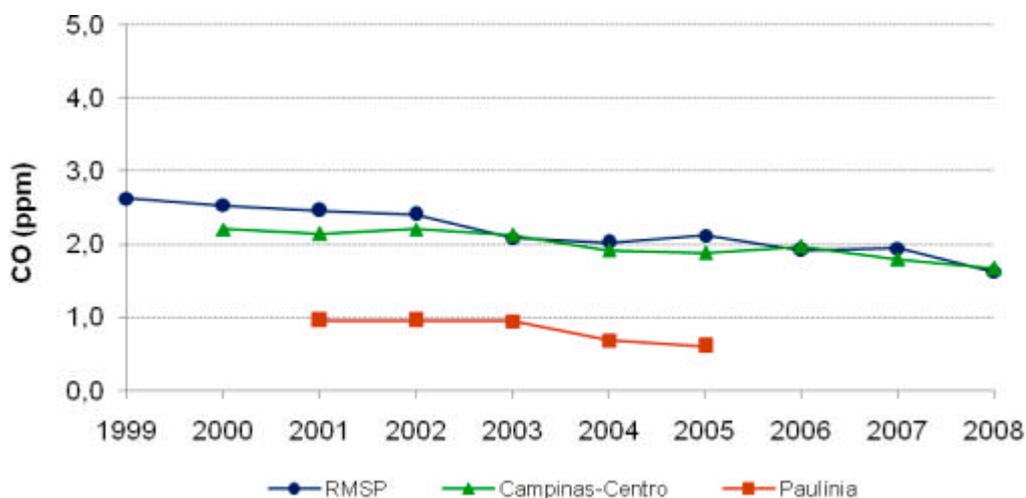


Figura 3 - Evolução da concentração de monóxido de carbono (CO) na RMSP, Campinas e Paulínia

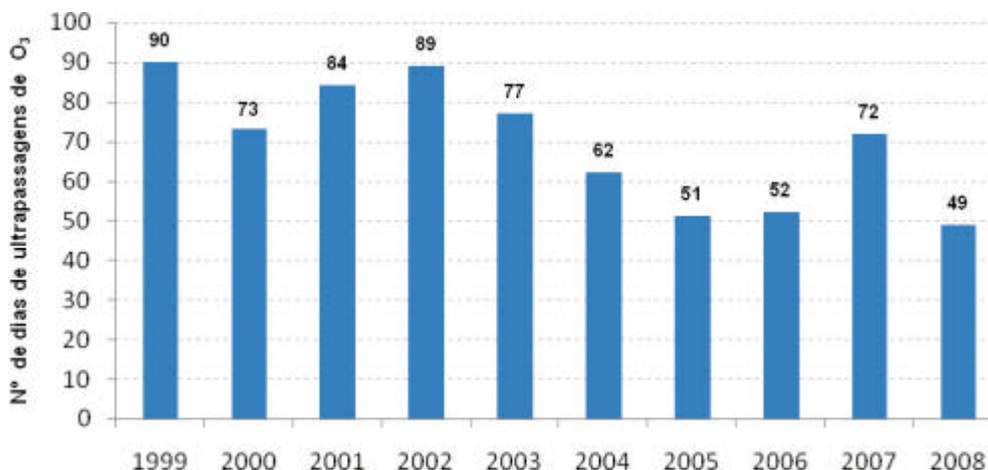


Figura 4 - Evolução do número de dias com ultrapassagem do Padrão de Qualidade do Ar (PQAr) para o ozônio na RMSP

- **Avaliação da qualidade das águas superficiais**

Águas interiores (rios, lagos e sedimentos): a rede de monitoramento tem sido continuamente aprimorada nos últimos anos. Eram 132 pontos em 1995 e

em 2009 foram 405 (incluindo 13 pontos da rede automática de qualidade da água das Bacias do Alto e Médio Tietê).

A CETESB é uma das poucas Agências Ambientais do Brasil a operar uma rede de sedimentos em corpos d'água, o que é particularmente importante para avaliar a presença de compostos tóxicos persistentes. Atualmente são 26 pontos, nos quais são analisados até 57 parâmetros físico-químicos, hidrobiológicos e ecotoxicológicos.

O gráfico a seguir mostra que as condições de qualidade PÉSSIMA e RUIM dos corpos d'água monitorados pela CETESB de 2003 a 2008 tiveram uma retração de 5%, ao mesmo tempo em que se observou um incremento da população no Estado de aproximadamente 2 milhões e 300 mil habitantes. Portanto, o investimento em saneamento, associado às ações de controle da CETESB, tiveram um reflexo positivo na qualidade das águas superficiais no período considerado (os dados referentes a 2009 não foram considerados por não ter sido concluído o tratamento dos mesmos).

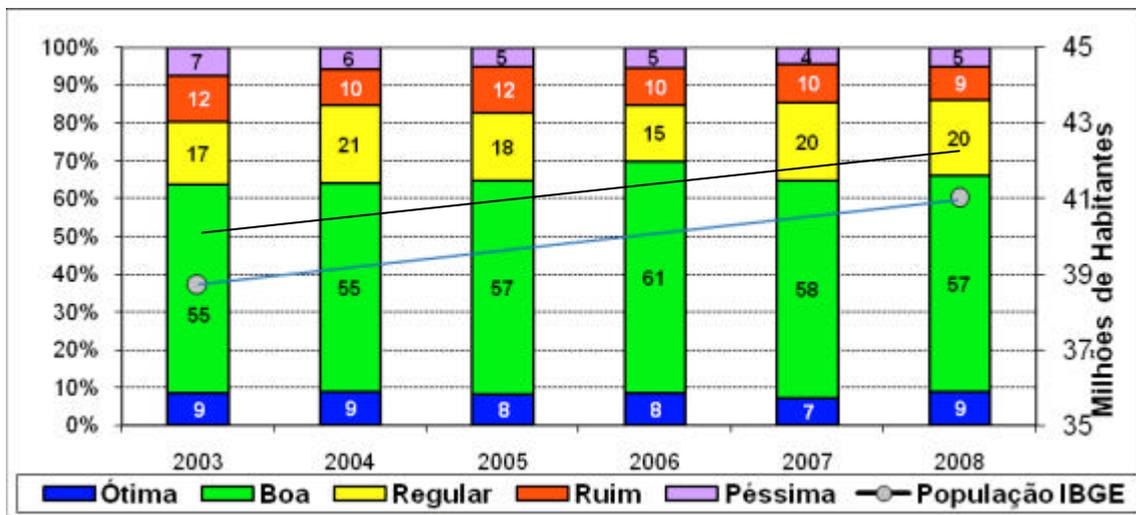


Figura 5 - Evolução do Índice de Qualidade das Águas (IQA) e a população no Estado de São Paulo

O ICTEM – Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município, que acompanha e avalia a implantação de sistemas de

coleta e tratamento de esgoto evolui de um ICTEM médio de 4,5 em dezembro de 2008 para 4,9 no final de 2009, ressaltando-se a redução de 158 para 124 o número de municípios sem nenhum sistema de tratamento.

Balneabilidade das praias: foram monitorados 40 pontos em praias interiores e 155 pontos em 136 praias de alta frequência de turistas no litoral do Estado, abrangendo 15 municípios, e perfazendo, em média, 1 ponto de amostragem a cada 1,5 km de praia. Foram emitidos, semanalmente, boletins de balneabilidade das praias litorâneas e divulgados à população por meio da imprensa falada e escrita, pelo site da CETESB na internet, ou em outros sites de diversos provedores e órgãos por meio de convênios.

- **Avaliação da qualidade do solo e das águas subterrâneas**

Águas subterrâneas: foi realizado o monitoramento semestral da qualidade das águas subterrâneas no Estado de São Paulo, por meio de 173 pontos de amostragem, para monitoramento de mais de 40 parâmetros distribuídos em 19 UGRHs (Unidade de Gestão de Recursos Hídricos).

Resíduos Sólidos Domiciliares: A ação de controle exercida pela CETESB, ao lado das iniciativas desencadeadas pelos projetos Lixo Mínimo e Município Verde Azul, possibilitaram a redução do número de aterros inadequados no Estado, passando de 143 no início de 2007, para 7 no final de 2009. Os dados completos sobre este trabalho estão disponíveis no site da CETESB, junto com o inventário de resíduos domiciliares de 2009.

Destaca-se que esse resultado se deve não somente às ações de controle, mas também às ações de capacitação dos gestores municipais para melhor operação dos aterros sanitários, atividade que compreendeu todos os municípios do Estado.

Áreas Contaminadas: A atualização do inventário de áreas contaminadas no Estado de São Paulo resultou na identificação, até novembro 2009, de 2.903 áreas registradas, das quais 110 encontram-se reabilitadas, 819 em processo de monitoramento para reabilitação, 660 em remediação com monitoramento

da eficiência e eficácia, 1.397 contaminadas e 557 contaminadas sob investigação. Dentre essas áreas, 8 foram consideradas críticas, passando a ter um processo de gestão diferenciado pela CETESB. A figura seguinte apresenta a evolução do número de áreas contaminadas identificadas no Estado, a partir de 2002, quando deu-se início à divulgação dos dados do Cadastro.

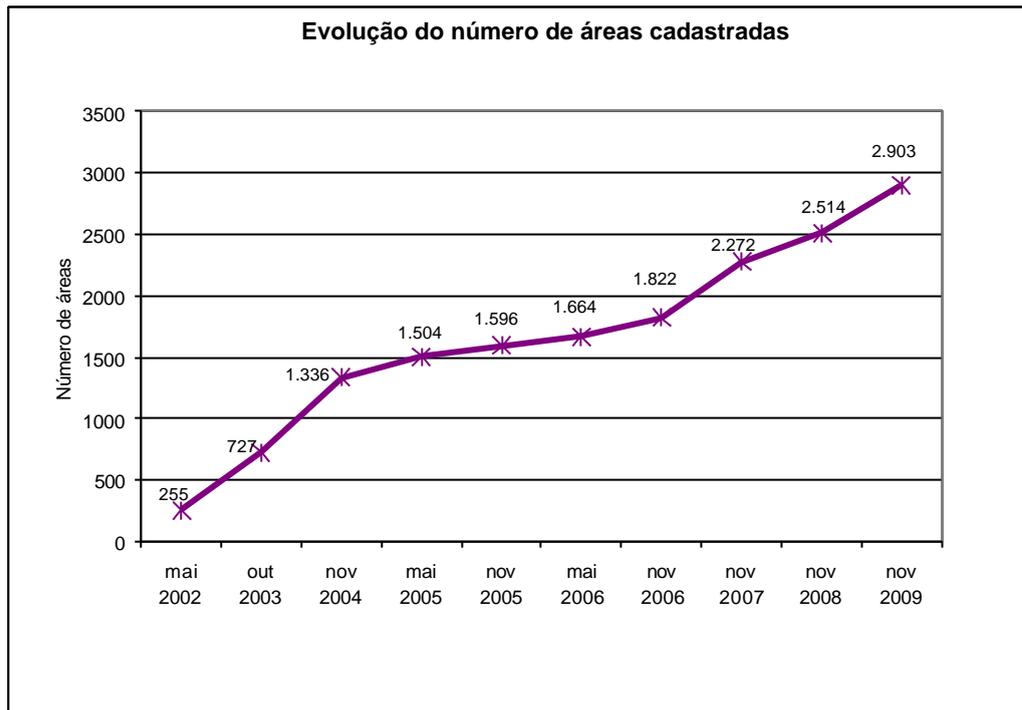


Figura 6 - Evolução do número de áreas contaminadas no Estado de São Paulo

A cooperação técnica com outros órgãos do Estado de São Paulo, com municípios, com órgãos ambientais de outros estados e com outros países em assuntos relacionados ao gerenciamento de áreas contaminadas é outra atividade que merece ser apontada.

Deve também ser destacada a iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que sancionou, em 8 de julho de 2009, a Lei nº 13.557 que dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas no Estado de São Paulo.

SUPOORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ÀS ATIVIDADES DA COMPANHIA.

Desenvolvimento e capacitação profissional: objetivando potencializar sua capacidade de atuação e a atualização de seu quadro de pessoal, foram realizadas 2660 capacitações em 78 cursos. Foram também oferecidos 66 cursos para 1179 participantes externos.

Desenvolvimento e gestão da qualidade: o Programa de Qualidade e Produtividade da CETESB manteve as Certificações de Qualidade do Setor de Operações de Emergência, Setor de Transferência de Conhecimento Ambiental, Agência Ambiental de Bauru e Setor de Análise de Riscos pela Norma ABNT NBR ISO 9001:2000, concedidos pela Certificadora alemã Germanischer Lloyd Industrial Services do Brasil.

O Programa manteve a acreditação de 14 laboratórios (ensaios laboratoriais e veiculares), pela Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, por meio da realização de auditorias do Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO e de análises críticas do Sistema de Gestão da Qualidade do Programa de Qualidade e Produtividade. Promoveu também avaliações de desempenho por meio de ensaios de proficiência, realizados em 14 laboratórios.

Ações de Suporte e Desenvolvimento: foram realizadas 252.500 análises físico-químicas, microbiológicas, parasitológicas, hidrobiológicas e toxicológicas, atendendo solicitações de órgãos oficiais de saneamento, saúde pública, prefeituras municipais, Ministério Público, indústrias e clientes particulares, bem como para fornecer subsídios e apoio técnico ao licenciamento e fiscalização e aos diversos programas desenvolvidos na CETESB.

Cooperação técnico científica nacional e internacional: em continuidade as suas ações e seguindo a tendência global, a CETESB incentiva a Cooperação Internacional a fim de possibilitar o intercâmbio científico e tecnológico, a captação de recursos para projetos ambientais e a integração com parceiros que trabalham pela qualidade de vida no planeta com objetivo comum do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, em 2009 manteve projetos de cooperação Internacional com as seguintes instituições: Organização Pan-americana da Saúde - OPAS; Ministério de Meio Ambiente (Programa Nacional de Meio Ambiente – PNMA); Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos - EPA; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, Agência de Comércio dos Estados Unidos (TDA) e a Agência Federal da Alemanha (UBA). Vale ressaltar alguns projetos em desenvolvimento, como *Estudo de Caso de Baixo Carbono no Brasil*, com recursos financeiros do Banco Mundial – BIRD; o Projeto de Cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA para o desenvolvimento e operação de uma *Rede de Informação e Capacitação em Consumo e Produção Sustentável para América Latina e Caribe*; a definição como centro nomeado da *Convenção de Estocolmo das Nações Unidas para a América Latina para Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)* e apoio à *Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (NRG4SD)* e à *Rede Latino Americana de Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados*.

Recursos humanos: implantação do plano de carreira e aprovação do quadro de pessoal e manutenção dos programa de Integração de Novos Funcionários, Estágios, Estágios/convênio com APAE, Aprendiz e Prevenção de Riscos Ambientais.

Planejamento Estratégico das Agências Descentralizadas: Foram realizados os planejamentos estratégicos de 47 agências, estabelecendo as prioridades de cada uma delas, assim como as estratégias de enfrentamento dos principais problemas ambientais da região de sua atuação, à luz das prioridades estabelecidas nos Projetos Ambientais Estratégicos da SMA.

GESTÃO FINANCEIRA

O ano de 2009 foi marcado pela crise financeira mundial que afetou praticamente todas as instituições. A CETESB também sofreu as consequências da crise, com início brando nos últimos meses de 2008 e mais fortemente no decorrer de 2009, especialmente no sistema de licenciamento ambiental, que sofreu forte retração, principalmente pela suspensão de novos empreendimentos. Com isso os recursos próprios não tiveram a evolução esperada, levando a Empresa a fazer uso de suas disponibilidades, gerando uma descapitalização significativa.

A Empresa intensificou as ações de cobrança, especialmente com relação às multas ambientais de fontes estacionárias, efetuando cobranças, oferecendo oportunidades de parcelamento ou inscrevendo-as na dívida ativa do Estado. De igual forma, ajustou os preços de seus produtos e serviços, como forma de garantir recursos para os investimentos necessários à manutenção de seus laboratórios e à implementação do projeto do “Licenciamento Ambiental Unificado”.

- **Execução Financeira**

Composição dos Ingressos

A participação dos recursos do Tesouro do Estado na composição dos ingressos de recursos diminuiu consideravelmente ao longo dos anos, observando-se que em 1995 esta participação era de 88%, enquanto que em 2009 a participação foi de 56,1% (figura 7).

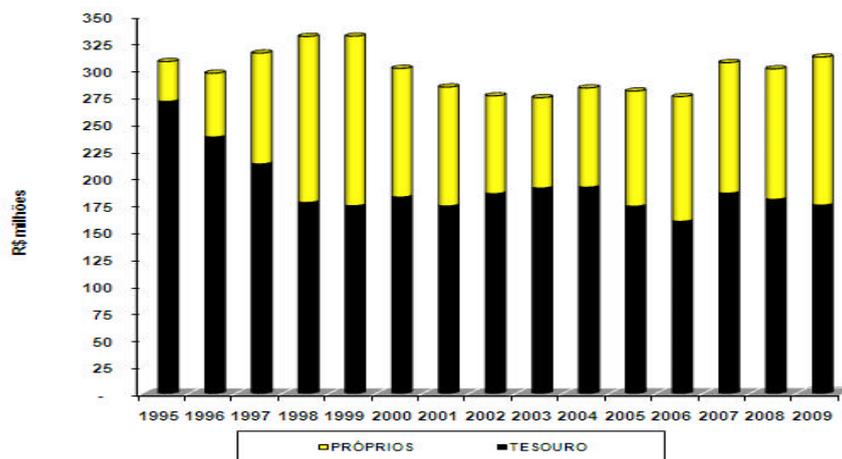


Figura 7 – Composição dos ingressos (valores atualizados para Dez/09 pelo IPC-Fipe)

Composição dos Desembolsos

Quanto aos desembolsos, observa-se que as despesas de Pessoal e Reflexos, têm se mantido quase constantes nos últimos anos, apesar dos reajustes salariais anuais concedidos e em 2009, pelo custo adicional com a implantação do Plano de Carreira.

Registre-se que a constante redução das despesas de custeio que vinha ocorrendo nos últimos anos foi interrompida com a implantação do projeto “Licenciamento Ambiental Unificado”, que ampliou de 35 para 52 Agências Ambientais.

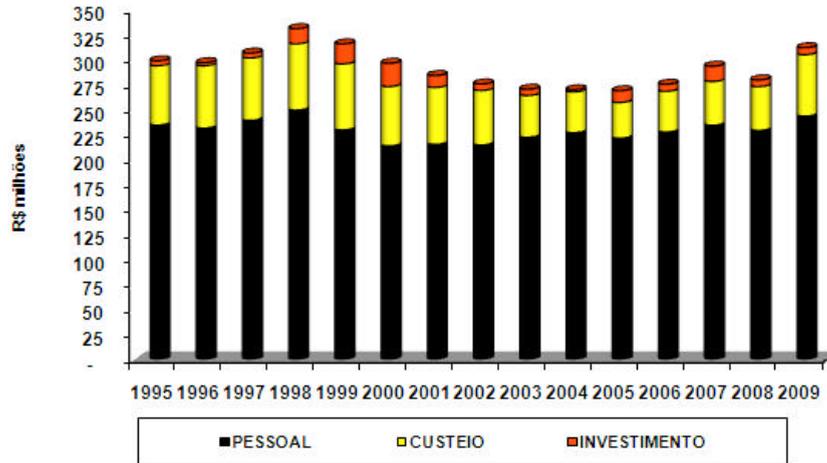


Figura 8 - Despesas de custeio (valores atualizados para Dez/09 pelo IPC-Fipe)

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB manteve-se dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente com vistas ao desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado de São Paulo.